



Sumário

CAPÍTULO 1 – DIREITO TRIBUTÁRIO.....	1
1.1. Introdução.....	1
1.2. Limitações constitucionais ao poder de tributar	1
1.3. Princípios constitucionais tributários.....	1
1.3.1. Princípio da legalidade tributária	1
1.3.2. Exceções ao princípio da legalidade tributária	3
1.3.3. Princípio da anterioridade tributária	4
1.3.3.1. Exceções ao princípio da anterioridade anual.....	5
1.3.3.2. Exceções ao princípio da anterioridade nonagesimal.....	7
1.3.4. Os reflexos da EC n.º 32/2001 nos princípios da legalidade e da anterioridade	8
1.3.4.1. Confronto da EC n.º 32/2001 com o princípio da legalidade tributária.....	8
1.3.5. Princípio da irretroatividade tributária	9
1.3.6. Princípio da igualdade ou isonomia tributária.....	12
1.3.6.1. Princípio da interpretação objetiva do fato gerador	13
1.3.6.2. Princípio da capacidade contributiva.....	13
1.3.7. Princípio da vedação ao confisco.....	15
1.3.7.1. Confronto entre o confisco e a multa	16

1.3.8.	Princípio da não limitação ao tráfego de pessoas e bens	16
1.3.9.	Princípio da uniformidade geográfica	16
1.3.10.	Princípio da não cumulatividade	17
1.3.10.1.	Repercussão tributária	17
1.4.	Quadros-síntese do capítulo	18
1.5.	Questões	20
CAPÍTULO 2 – IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS		25
2.1.	Definição.....	25
2.2.	Espécies de imunidades.....	29
2.2.1.	Imunidade recíproca.....	29
2.2.2.	Imunidade para templos de qualquer culto	30
2.2.3.	Imunidades para partidos políticos, entidades sindicais de trabalhadores, instituições de educação e entidades de assistência social.....	31
2.2.3.1.	Análise da alínea c, parte final – Expressões “sem fins lucrativos” e “atendidos os requisitos de lei”	32
2.2.3.2.	Análise do art. 150, § 4.º, da CF, em confronto com a alínea c.....	35
2.2.4.	Imunidades para livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão	35
2.2.5.	Imunidades para fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil e para seus suportes materiais ou arquivos digitais.....	38
2.3.	Quadros-síntese do capítulo	39
2.4.	Questões	40
CAPÍTULO 3 – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....		45
3.1.	Definição de tributo.....	45
3.1.1.	Prestação pecuniária.....	45
3.1.2.	Prestação compulsória.....	46

3.1.3.	Prestação diversa de sanção	46
3.1.4.	Prestação instituída por lei	46
3.1.5.	Prestação cobrada por lançamento	47
3.2.	Competência tributária	47
3.2.1.	Competência tributária e capacidade tributária ativa.....	48
3.2.2.	Detalhando a classificação da competência tributária	49
3.2.2.1.	Competência privativa	50
3.2.2.2.	Competência comum	50
3.2.2.3.	Competência cumulativa	50
3.2.2.4.	Competência especial	51
3.2.2.5.	Competência residual.....	51
3.2.3.	Competência extraordinária	53
3.3.	Quadros-síntese do capítulo	54
3.4.	Questões	55
CAPÍTULO 4 – ESPÉCIES DE TRIBUTOS.....		61
4.1.	Imposto	62
4.2.	Taxa	63
4.2.1.	Taxa de polícia.....	65
4.2.2.	Taxa de serviço	66
4.2.3.	Informações complementares sobre taxas.....	66
4.2.3.1.	Base de cálculo.....	66
4.2.3.2.	O confronto taxa <i>versus</i> tarifa	67
4.2.3.3.	Análise dos pedágios	68
4.3.	Contribuição de melhoria.....	69
4.3.1.	Conceito e aspectos gerais	70
4.3.2.	O fato gerador	71
4.3.3.	A base de cálculo	71
4.3.4.	Os limites da cobrança	72

4.3.5.	Os requisitos mínimos para a cobrança.....	72
4.4.	Empréstimo compulsório.....	73
4.4.1.	Histórico.....	73
4.4.2.	Conceito e aspectos gerais.....	74
4.4.3.	Os pressupostos autorizativos.....	74
4.4.4.	O tributo e o princípio da anterioridade.....	75
4.4.5.	O fato gerador.....	76
4.4.6.	O art. 15, III, do CTN e a derrogação pela Carta Magna de 1988.....	76
4.5.	Contribuições.....	76
4.5.1.	A natureza tributária.....	76
4.5.2.	O conceito de contribuições parafiscais ou especiais.....	77
4.5.3.	Estudo das contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.....	77
4.5.3.1.	Contribuição-anuidade.....	77
4.5.3.2.	Contribuição sindical.....	78
4.5.4.	Estudo das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico.....	80
4.5.4.1.	CIDE-Combustíveis.....	81
4.5.4.2.	CIDE- Remessas.....	82
4.5.4.3.	Outras Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDEs).....	83
4.5.5.	Estudo das contribuições sociais.....	84
4.5.5.1.	“As contribuições sociais gerais”(terminologia adotada pelo STF).....	84
4.5.5.2.	“As contribuições de seguridade social”(terminologia adotada pelo STF).....	85
4.5.5.3.	“As outras contribuições sociais”(terminologia adotada pelo STF).....	87
4.5.5.4.	Estudo complementar das contribuições.....	87

4.5.5.5.	O Simples federal e o Simples nacional	88
4.6.	Repartição tributária das receitas	90
4.7.	A Emenda Constitucional n.º 93/2016 e as desvinculações de receita tributária	94
4.8.	Quadros-síntese do capítulo	95
4.9.	Questões	99
CAPÍTULO 5 – FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO		105
5.1.	Fontes formais do Direito Tributário	105
5.1.1.	Fontes formais primárias do Direito Tributário	105
5.1.1.1.	Constituição	105
5.1.1.2.	Emenda à Constituição	105
5.1.1.3.	Lei complementar	106
5.1.1.4.	Lei ordinária	109
5.1.1.5.	Decreto	111
5.1.1.6.	Lei delegada	111
5.1.1.7.	Medida provisória	111
5.1.1.8.	Decreto legislativo	112
5.1.1.9.	Resolução	113
5.1.1.10.	Tratados e convenções internacionais	113
5.1.2.	Fontes formais secundárias do Direito Tributário	114
5.1.2.1.	Atos normativos	115
5.1.2.2.	Decisões com eficácia normativa	116
5.1.2.3.	Costumes	116
5.1.2.4.	Convênios	116
5.1.2.5.	Parágrafo único do art. 100 do CTN	117
5.1.2.6.	Doutrina e jurisprudência	117
5.2.	Quadros-síntese do capítulo	118
5.3.	Questões	118

CAPÍTULO 6 – VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	123
6.1. Vigência da legislação tributária	123
6.1.1. Vigência da legislação tributária no tempo.....	123
6.1.1.1. A vigência e o princípio da anterioridade tributária..	123
6.1.2. Vigência da legislação tributária no espaço.....	124
6.2. Aplicação da legislação tributária.....	127
6.2.1. A aplicação da nova lei tributária aos fatos pendentes	127
6.2.1.1. A análise do IR e o fato gerador complexo à luz do princípio da irretroatividade	128
6.2.2. A retroatividade da lei tributária	128
6.3. Interpretação da legislação tributária	129
6.3.1. Utilização de princípios gerais do Direito Privado	130
6.3.2. Interpretação literal.....	131
6.3.3. Interpretação benigna	131
6.4. Integração da legislação tributária.....	132
6.4.1. Analogia	132
6.4.2. Princípios gerais de Direito Tributário	133
6.4.3. Princípios gerais de Direito Público.....	133
6.4.4. Equidade	133
6.5. Quadros-síntese do capítulo	134
6.6. Questões	136
CAPÍTULO 7 – RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA: A “LINHA DO TEMPO”	141
7.1. A hipótese de incidência.....	141
7.2. O fato gerador.....	141
7.3. Obrigação tributária	143
7.3.1. Sujeito ativo	143
7.3.2. Sujeito passivo	145

7.3.3.	Capacidade tributária	146
7.3.4.	Objeto	149
7.3.5.	Causa	149
7.4.	Domicílio tributário.....	149
7.5.	Quadros-síntese do capítulo	150
7.6.	Questões	151
CAPÍTULO 8 – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....		155
8.1.	Tipos de responsabilidade tributária.....	157
8.1.1.	Responsabilidade por substituição	157
8.1.1.1.	Substituição para trás ou regressiva	157
8.1.1.2.	Substituição para frente ou progressiva	158
8.1.2.	Responsabilidade por transferência	158
8.1.2.1.	Solidariedade tributária passiva	159
8.1.2.2.	Responsabilidade dos sucessores.....	161
8.1.2.3.	Responsabilidade de terceiros	165
8.1.2.4.	A responsabilidade “solidária” do art. 134 do CTN ...	166
8.1.2.5.	A responsabilidade pessoal do art. 135 do CTN	167
8.1.2.6.	Responsabilidade por infrações – análise dos arts. 136 e 137 do CTN.....	170
8.2.	Denúncia espontânea.....	171
8.3.	Quadros-síntese do capítulo	171
8.4.	Questões	173
CAPÍTULO 9 – CRÉDITO TRIBUTÁRIO		177
9.1.	Crédito tributário	177
9.2.	O lançamento.....	177
9.2.1.	Lançamento direto ou unilateral.....	179
9.2.2.	Lançamento misto ou “por declaração”	180

9.2.3.	Lançamento por homologação ou “autolançamento”	180
9.3.	A decadência.....	181
9.3.1.	A decadência no CTN	181
9.3.1.1.	A decadência e a anulação do lançamento anterior	183
9.3.1.2.	A decadência e a medida preparatória de lançamento	183
9.4.	A decadência e a lei complementar.....	183
9.4.1.	A decadência e o prazo decenal das contribuições sociais previdenciárias.....	184
9.5.	A prescrição	184
9.5.1.	A prescrição e a dívida ativa.....	186
9.5.2.	A prescrição e os lançamentos por homologação.....	186
9.5.3.	A interrupção da prescrição	187
9.5.4.	A prescrição intercorrente	188
9.6.	Quadros-síntese do capítulo	189
9.7.	Questões.....	191
CAPÍTULO 10 – SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		195
10.1.	Moratória	196
10.2.	Depósito do montante integral.....	198
10.3.	Reclamações e recursos administrativos	199
10.4.	Concessão de liminar em mandado de segurança	200
10.5.	Liminar em ação cautelar.....	202
10.6.	Concessão de tutela em outras ações judiciais	202
10.7.	Parcelamento	203
10.8.	Quadros-síntese do capítulo	206
10.9.	Questões.....	207
CAPÍTULO 11 – CAUSAS DE EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		211
11.1.	A isenção.....	211

11.2.	A anistia.....	213
11.3.	Quadros-síntese do capítulo	214
11.4.	Questões.....	215
CAPÍTULO 12 – CAUSAS DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		219
12.1.	Pagamento.....	219
12.1.1.	Consulta tributária.....	219
12.1.2.	A restituição de pagamento indevido ou a maior e o prazo prescricional.....	220
12.1.2.1.	Limitação temporal	220
12.1.2.2.	Arguição de inconstitucionalidade nos embargos de divergência em REsp 644.736/PE (trânsito em julgado 27.09.2007).....	223
12.1.2.3.	Prazo para restituir com a declaração de inconstitu- cionalidade	223
12.2.	Compensação	224
12.3.	Transação.....	225
12.4.	Remissão.....	225
12.5.	Decadência e prescrição	226
12.6.	Conversão do depósito em renda	226
12.7.	Pagamento antecipado e homologação do lançamento	226
12.8.	Consignação em pagamento	227
12.9.	Decisão administrativa irreformável.....	228
12.10.	Decisão judicial passada em julgado	228
12.11.	Dação em pagamento para bens imóveis.....	228
12.12.	Quadros-síntese do capítulo	229
12.13.	Questões	230
CAPÍTULO 13 – GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		235
13.1.	Garantias do crédito tributário	235

13.2.	Preferências do crédito tributário	236
13.3.	Preferência na falência, no inventário e na liquidação	238
13.4.	Quitação de tributos.....	239
13.5.	Quadro-síntese do capítulo	240
13.6.	Questões	241
CAPÍTULO 14 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DISPOSIÇÕES FINAIS DO CTN		247
14.1.	Fiscalização	247
14.2.	Dívida ativa	250
14.3.	Certidão negativa	254
14.4.	Disposições finais e transitórias do CTN	255
14.5.	Quadros-síntese do capítulo	256
14.6.	Questões.....	257
CAPÍTULO 15 – IMPOSTOS MUNICIPAIS EM ESPÉCIE.....		261
15.1.	IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	261
15.1.1.	Competência e sujeito ativo	261
15.1.2.	Sujeito passivo	261
15.1.3.	Fato gerador.....	261
15.1.4.	Base de cálculo.....	262
15.1.5.	Alíquotas	263
15.1.6.	Notas gerais	265
15.2.	ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.....	270
15.2.1.	Competência e sujeito ativo	270
15.2.2.	Sujeito passivo	270
15.2.3.	Fato gerador.....	270
15.2.4.	Base de cálculo.....	271
15.2.5.	Alíquota	272

15.2.6. Notas gerais	272
15.3. ITBI – Imposto sobre a Transmissão <i>Inter Vivos</i> , a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (arts. 35 a 42 do CTN; art. 156, II, da CF)	274
15.3.1. Competência e sujeito ativo	274
15.3.2. Sujeito passivo	275
15.3.3. Fato gerador.....	275
15.3.4. Base de cálculo.....	276
15.3.5. Alíquotas	276
15.3.6. Notas gerais	276
15.4. Quadros-síntese do capítulo	277
15.5. Questões	278
CAPÍTULO 16 – IMPOSTOS ESTADUAIS EM ESPÉCIE	283
16.1. ICMS – Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (art. 155, II, da CF; LC n.º 87/1996).....	283
16.1.1. Competência e sujeito ativo	283
16.1.2. Sujeito passivo	283
16.1.3. Fato gerador.....	284
16.1.3.1. Circulação de mercadorias	285
16.1.3.2. Serviços de transporte interestadual e intermunicipal	286
16.1.3.3. Serviços de comunicação.....	286
16.1.4. Base de cálculo.....	287
16.1.5. Alíquotas	288
16.1.6. Notas gerais	289
16.2. IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (art. 155, III, da CF).....	298
16.2.1. Competência e sujeito ativo	298

16.2.2. Sujeito passivo	298
16.2.3. Fato gerador.....	299
16.2.3.1. Veículo automotor	299
16.2.3.2. Aeronaves <i>versus</i> IPVA	299
16.2.3.3. Elemento temporal de fato gerador.....	299
16.2.4. Base de cálculo.....	300
16.2.5. Alíquota	300
16.2.6. Notas gerais	300
16.3. ITCMD – Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de quaisquer bens ou direitos (arts. 35 a 42 do CTN; art. 155, I, da CF)	301
16.3.1. Competência tributária e sujeito ativo.....	301
16.3.2. Sujeito passivo	302
16.3.3. Fato gerador.....	302
16.3.3.1. Elemento espacial do fato gerador.....	302
16.3.3.2. Elemento temporal do fato gerador	303
16.3.4. Base de cálculo.....	303
16.3.5. Alíquotas	303
16.3.6. Notas gerais	305
16.4. Quadros-síntese do capítulo	305
16.5. Questões	308
CAPÍTULO 17 – IMPOSTOS FEDERAIS EM ESPÉCIE	313
17.1. ITR – Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (arts. 29 a 31 do CTN; art. 153, VI, da CF; Lei n.º 9.393/1996 e Dec. n.º 4.382/2002).....	313
17.1.1. Competência e sujeito ativo	313
17.1.2. Sujeito passivo	314
17.1.3. Fato gerador.....	315
17.1.3.1. Conceito de bem imóvel	315
17.1.3.2. Conceito de zona rural	315

17.1.3.3.	Áreas de expansão urbana	315
17.1.3.4.	Elemento temporal do fato gerador	316
17.1.3.5.	Elemento espacial do fato gerador.....	316
17.1.4.	Base de cálculo.....	316
17.1.5.	Alíquotas	316
17.1.6.	Notas gerais	317
17.2.	IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (art. 153, V, da CF; arts. 63 a 67 do CTN e Decretos n.º 6.306/2007 e 6.339/2008).....	318
17.2.1.	Competência e sujeito ativo	318
17.2.2.	Sujeito passivo	318
17.2.3.	Fato gerador	319
17.2.4.	Base de cálculo	320
17.2.5.	Alíquotas	320
17.2.6.	Notas gerais	321
17.3.	II – Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros (arts. 19 a 22 do CTN; art. 153, I, da CF)	321
17.3.1.	Competência e sujeito ativo	321
17.3.2.	Sujeito passivo	322
17.3.3.	Fato gerador.....	322
17.3.4.	Base de cálculo.....	322
17.3.5.	Alíquotas	323
17.3.6.	Notas gerais	323
17.4.	IE – Imposto sobre a Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados (arts. 23 a 28 do CTN c/c art. 153, II, da CF)	324
17.4.1.	Competência e sujeito ativo	324
17.4.2.	Sujeito passivo	324
17.4.3.	Fato gerador.....	325
17.4.4.	Base de cálculo.....	325

17.4.5.	Alíquotas	325
17.4.6.	Notas gerais	325
17.5.	IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados (arts. 46 a 51 do CTN e art. 153, IV, da CF).....	326
17.5.1.	Competência e sujeito ativo	326
17.5.2.	Sujeito passivo	326
17.5.3.	Fato gerador	326
17.5.3.1.	Conceito de “industrialização”	327
17.5.4.	Base de cálculo.....	328
17.5.5.	Alíquotas	328
17.5.6.	Notas gerais	329
17.6.	IR – Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza (art. 153, III, da CF; arts. 43 a 45 do CTN).....	331
17.6.1.	Competência e sujeito ativo	331
17.6.2.	Sujeito passivo	331
17.6.3.	Fato gerador.....	331
17.6.3.1.	Definição de renda e de proventos de qualquer natureza.....	332
17.6.4.	Base de cálculo	332
17.6.4.1.	Definição de patrimônio	333
17.6.5.	Alíquotas	333
17.6.6.	Notas gerais	333
17.7.	Quadros-síntese do capítulo	337
17.8.	Questões	341
	BIBLIOGRAFIA	345